



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**PRECARIZAÇÃO E REFORMAS DO TRABALHO NO BRASIL. A DESTRUIÇÃO DOS
DIREITOS E A NOVA CULTURA DO TRABALHO.**

Angela Santana do Amaral

angelaufpe@yahoo.com.br

Universidade Federal de Pernambuco

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMEN

Este trabalho tem como objetivo analisar as principais mudanças no âmbito do trabalho efetivadas nos anos 2000, no Brasil, particularmente àquelas que se relacionam à proteção laboral, com a perspectiva de extrair os fundamentos que estão subjacentes às mesmas, identificando as tendências dos processos que visam construir uma outra cultura e novos modelos de proteção do trabalho. Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica que está apoiada em documentos oficiais, legislações e propostas de reformas que vêm sendo levadas a cabo com intuito de consolidar as políticas de ajuste econômico e contrarreforma do Estado no país. Nosso ponto de partida é abordar a crise como determinação mais geral de tais mudanças e as mediações para concretização das reformas necessárias e que têm como eixo a precarização do trabalho, expressas em novas modalidades de contratação, na ampla flexibilização e terceirização do trabalho. Sob este enfoque e diretrizes compreendemos que há uma tendência universal que vem orientando as ditas reformas e cujos processos já estão em desenvolvimento em um conjunto de países, particularmente, nos da Europa do Sul, como parte de uma política de austeridade que integra uma nova agenda social de um modelo que se baseia em uma outra perspectiva de proteção social aos trabalhadores. A precarização do trabalho é disseminada pelos empresários, governos e intelectuais do capital como uma tendência “natural” e incorporada pelos trabalhadores- não sem resistência- através de políticas de consentimento e estímulo ao empreendedorismo, trasladando a centralidade do trabalho para uma dimensão individual de apropriação de competências individuais, onde o trabalhador é responsável unicamente pelo seu êxito ou fracasso no mercado de trabalho. Com essa direção, as reformas do trabalho conduzidas pelo capital e Estado pressupõem a destruição dos direitos dos trabalhadores, direitos estes que são resultado de lutas e conquistas históricas. Sob o discurso e construção de ideologias que operam com a ideia de modernização do trabalho, a sua desregulamentação é a chave da precariedade. Obscurece-se a relação econômica determinante, que é a hegemonia das finanças, e fragiliza-se a organização classista, ao se criar uma nova geração de trabalhadores instáveis, com modalidades de ocupação de baixa qualidade e com poucas perspectivas de mobilidade social. A precarização do trabalho, nestes termos, não é apenas objetiva, mas afeta a subjetividade dos trabalhadores- seu modo de vida e sua reprodução social.

ABSTRACT



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

This paper aims to analyze the main changes in the scope of work carried out in the years 2000, in Brazil, particularly those related to labor protection, with the perspective of extracting the underlying fundamentals, identifying the tendencies of the processes that aim to construct another culture and new models of work protection. It is a documentary and bibliographical research that is supported by official documents, legislation and proposals for reforms that have been carried out in order to consolidate the policies of economic adjustment and counter-reform of the State in the country. Our starting point is to address the crisis as a more general determination of such changes and the mediations for the implementation of the necessary reforms, which are based on the precariousness of work, expressed in new hiring modalities, in the broad flexibilization and outsourcing of work. Under this approach and guidelines we understand that there is a universal trend that has been guiding these reforms and whose processes are already under development in a number of countries, particularly in South Europe, as part of an austerity policy that integrates a new agenda social model of a model that is based on another perspective of social protection to workers. The precariousness of labor is disseminated by the entrepreneurs, governments and intellectuals of capital as a "natural" tendency and incorporated by the workers - not without resistance - through consent policies and stimulus to entrepreneurship, translating the centrality of work to an individual dimension of appropriation of individual competences, where the worker is solely responsible for his or her success or failure in the labor market. In this direction, labor reforms conducted by capital and state presuppose the destruction of workers' rights, which are the result of struggles and historical achievements. Under the discourse and construction of ideologies that operate with the idea of modernizing work, its deregulation is the key to precariousness. The decisive economic relationship, which is the hegemony of finances, is obscured and the class organization is weakened by the creation of a new generation of unstable workers with low quality occupations and with few prospects of social mobility. The precariousness of work, in these terms, is not only objective, but it affects the subjectivity of the workers - their way of life and their social reproduction.

Palabras clave

Precarização; Trabalho; Direitos.

Keywords

Precariousness; Work; Rights.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introducción

Este trabalho discute as principais mudanças no âmbito do trabalho efetivadas nos anos 2000, no Brasil, particularmente àquelas que se relacionam à proteção laboral, com a perspectiva de extrair os fundamentos que estão subjacentes às mesmas, identificando as tendências dos processos que visam construir uma outra cultura e novos modelos de proteção do trabalho. Resulta de uma investigação em curso que vem sendo socializada nos meios acadêmicos e junto a sujeitos coletivos interessados na temática.

A nossa análise parte do suposto de que estamos assistindo uma brutal devastação no planeta, cujas determinações mais gerais vêm sendo articuladas sob a forma de coerção e consenso, lançando homens e mulheres em processos de precariedade material, social, política, cultural, sintetizando o que alguns autores têm chamado de precariedade vital ou estrutural, referenciando-se nos movimentos do capital para reestabelecer suas condições de reprodução e acenando para uma condição de trabalho precário para todos. Em um ambiente de austeridade, ajuste fiscal e contrarreformas, a democracia liberal que conhecemos tão tardiamente não consolidou- particularmente no Brasil e demais países da América Latina- as demandas dos trabalhadores por direitos.

Em um contexto de natureza recessiva, a classe trabalhadora internacional já não é mais a mesma e enfrenta uma precarização do trabalho que se amplia a outras dimensões, afetando, *pari passu*, as suas condições de vida. Distintos são os modos de enfrentamento e as estratégias através das quais são reconfiguradas as políticas de proteção social, especialmente aquelas vinculadas ao trabalho.

No Brasil, as classes dominantes, desde a sua origem e desenvolvimento, mostraram a sua face contrarreformista, impedindo as possibilidades de reprodução social dos trabalhadores nas suas dimensões materiais e espirituais e criaram formas de superexploração da força de trabalho cada vez mais perversas e naturalizadas, que não conseguem dar conta, ou pelo menos, ainda não tem conseguido esgotar as explicações sobre os processos de transformação das classes sociais-das trabalhadoras- e as formas de enfrentamento destas classes às novas formas de dominação engendradas pelo Estado e capital.

Com efeito, desde um ponto de vista objetivo, a precarização se acentua sob as determinações dos organismos internacionais, tendo como protagonistas os empresários e o Estado. Na contemporaneidade, esta é uma das facetas mais evidentes da crise capitalista, cujos representantes apostam na necessidade de criar uma outra cultura do trabalho que aparte os trabalhadores da ideia do trabalho protegido, contratos estáveis, direitos e condições de trabalho que marcaram períodos de embates e lutas e se transformaram em conquistas históricas dos trabalhadores, conformando o que ALONSO (2017) denominou de “cidadania laboral”.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

É principalmente a partir de 2008, conjuntura eu agrava a crise capitalista, quando se põem em marcha, de forma acelerada, as iniciativas para desregular os direitos dos trabalhadores, que esses processos foram aprofundados. Isso não significa dizer que esses direitos não tenham sido ameaçados antes ou mesmo que não se tenham levado a cabo políticas regressivas. Em muitos países centrais estas iniciativas já formavam parte das agendas programáticas dos governos, sob o argumento de responder aos imperativos dos agentes internacionais que exigiam mais austeridade, menos custos trabalhistas e maior desregulamentação do trabalho.

As reformas do trabalho, nesse contexto, já se estabeleciam em experiências consolidadas e os trabalhadores fragmentados compõem o que podemos denominar uma nova geração de trabalhadores expropriados dos seus direitos.

II. Marco teórico/marco conceptual

Nos marcos das relações sociais capitalistas contemporâneas o desenvolvimento potencial das forças produtivas se expressa na deterioração daquela que é a força produtiva por excelência- a força de trabalho – e dita deterioração, cada vez mais sistemática, significa a desvalorização da força de trabalho, ou seja, sua precarização.

É no contexto histórico das últimas décadas do século XX que a discussão da precarização do trabalho emerge com maior expressividade, atingindo o coração do sistema capitalista, mesmo naqueles países cujo desenvolvimento das forças produtivas atingiu níveis bastante elevados. As exigências de competitividade e rentabilidade a curto-prazo, com menor custo de produção, são respondidas pelas empresas capitalistas com a institucionalização de medidas de flexibilização e desregulamentação do trabalho, modificando o padrão taylorista-fordista, que, combinado às políticas sociais, criaram um mercado de trabalho constituído de empregos estáveis, protegidos, e com promessas de ascensão social e inclusão. O *Welfare State* representou, nessa perspectiva, a possibilidade de integração e coesão social, principalmente através das políticas de emprego.¹

¹ Para Moreno (2014), o notável aumento de níveis de bem-estar observados nas democracias ocidentais da Europa, através das prestações sociais, sistemas de saúde, educação e de previsão social, conferiram um alto grau de legitimidade aos mecanismos de acumulação capitalista e possibilitando um consenso social e uma prosperidade nunca antes vista nas sociedades modernas. Aqui, faz-se necessário distinguir as diferentes modalidades de construção do chamado “capitalismo de bem-estar”, como é o caso dos sistemas bismarkianos e aqueles baseados nas políticas do “new deal”, que constituíram a variante norte-americana do estado de bem-estar.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Os dados da Organização Internacional do Trabalho- OIT-, indicam as tendências do emprego, assinalando que:” seria necessário criar 280 milhões de empregos novos até 2019 para compensar os postos de trabalho perdidos com a crise mundial (OIT, 2015,p.09).

Para a Instituição, em 2014 mais de 201,3 milhões de pessoas estavam desempregadas no planeta (31 milhões a mais que em 2008). A OIT ainda calcula um aumento de desemprego de 8 milhões de pessoas até 2019. Um panorama desalentador cuja consequência é que o aprofundamento das expressões da questão social, crescimento da miséria, da fome, da violência, da desorganização urbana e de toda uma gama de questões que terão impacto na relação homem-natureza e nas relações sociais que daí derivam.

Seguindo esta tendência, pode-se afirmar que, contexto brasileiro, o desemprego se torna estrutural e de longa duração; que a informalidade se constitui uma tendência “naturalizada” do movimento do mercado de trabalho; que a deterioração da qualidade dos empregos que forem criados, e a precarização da vida e do trabalho- expressa na desvalorização salarial, no aumento da pobreza e na reprodução das desigualdades- aprofundam o cenário de barbárie da totalidade social e possibilitam a criação de referenciais políticos difusos, não mais fundados nas identidades classistas, tamanha é a fragmentação dos trabalhadores e das experiências organizativas novas que aparecem nessa conjuntura.

Do ponto de vista das relações sócio-históricas e da formação do mercado de trabalho no Brasil, pensar a discussão sobre a desregulamentação, a informalidade, a precarização, a instabilidade e insegurança no trabalho não se constitui novidade. A questão é que, a partir das constantes crises capitalistas que tiveram fortes impactos nos países centrais e reconfiguraram o mundo do trabalho- com destaque para o período pós 1970 e no Brasil, em particular, nos anos 1990- a necessidade de o capital construir respostas à queda tendencial da taxa de lucros passa pela criação de novas formas de expansão do capital. Na compreensão de Fontes (apud Badaró, 2013:85), o novo emerge através da tendência “a opor de forma direta a propriedade capitalista (não só dos meios de produção, mas também da possibilidade efetiva de impor e/ou sobrepor-se a qualquer forma de extração de mais valor”) ao conjunto da humanidade”.

A autora complementa: “Vivemos [...] uma fase de expropriações tremendas, aí entendidas tanto as expropriações “primárias” (as que separam o homem da terra, impelindo-o a vender sua força de trabalho no mercado para garantir a sobrevivência como consumidor neste mesmo mercado) quanto as que ela define como “secundárias”, que chegam até mesmo aos “direitos”, conquistados através de lutas sociais pretéritas. (idem)

As políticas governamentais, portanto, têm tido um papel fundamental no sentido de promover a adequação entre reformas econômicas e reformas políticas, desempenhando um papel articulador de uma nova sociabilidade, de novos modos de vida.

As privatizações de empresas estratégicas, as legislações para desregulamentar a economia e os contratos de trabalho, o desmonte dos direitos trabalhistas e da proteção social são emblemáticos de



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

um projeto que se tece em todos os quadrantes do planeta, apresentando particularidades e tempos históricos que se comprimem cada vez mais.

As derivações desse processo implicam na necessidade de legitimação das reformas econômicas impostas ao processo de acumulação capitalista contemporâneo. Para tanto, faz-se imprescindível criar uma nova cultura do trabalho, fundada em conceitos que se deslocam do campo do trabalho protegido e coletivo para os de traços mais individualizantes e vinculados a uma racionalidade de novo-tipo, tais como o empreendedorismo, a empregabilidade, o empoderamento, as competências, o auto-emprego, a flexisegurança, o capital cognitivo, as políticas ativas, para assinalar os mais recorrentes.

Consideramos que este novo campo conceitual se constitui em ideologia, nos termos de Gramsci, posto que possui uma força material na realidade e sustenta as iniciativas em curso, sob o argumento da crise e dos seus intentos de superá-la. As medidas implementadas amplamente-especialmente na Europa e agora, com mais vigor, na periferia do sistema, consolidaram diferentes formas de ocupações flexíveis que combinam várias modalidades de regime de tempo de trabalho (em tempo parcial, em domicílio), contratos de trabalho (subcontratação, terceirização), organização da produção (descentralizada, fragmentada, desterritorializada), condições de trabalho (salários, qualificação, benefícios sociais, meio-ambiente, proteção aos acidentes de trabalho).

Como parte dessa nova cultura da cidadania do trabalho emerge um conjunto multifacetado de empregos flexíveis, vinculados majoritariamente a uma condição de intensa precarização: a incorporação da força de trabalho das mulheres e dos imigrantes, o crescimento de práticas ilegais, a inserção de trabalhadores com baixa qualificação, são ilustrativos dessa condição e da sua funcionalidade nessa fase de acumulação capitalista.

Para além de traduzir uma nova condição de trabalho e de trabalhadores, pode-se afirmar que a precarização é expressão dos processos de exploração a que estão submetidos os trabalhadores na sua relação com o capital. Vincula-se, portanto, ao núcleo estrutural do capitalismo que vem transformando radicalmente os modos de ser e de viver das classes trabalhadoras.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

III. Metodología

Trata-se de uma pesquisa teórica, documental e bibliográfica que está apoiada em documentos oficiais, legislações e propostas de reformas que vêm sendo levadas a cabo pelo governo brasileiro, com intuito de consolidar as políticas de ajuste econômico e contrarreforma do Estado, sob o argumento da modernização das relações de trabalho. Com base nessas fontes e nos estudos de categorias analíticas que sustentam o estudo, as singularidades desse fenômeno serão articuladas às dimensões mais totalizadoras que determinam o objeto de estudo, qual seja, a destruição dos direitos que vêm sendo tecida na realidade brasileira e que tem favorecido uma nova cultura do trabalho.

IV. Análisis y discusión de datos

O desmonte das legislações de proteção ao trabalho representa, “aqui e alhures”, a materialidade da flexibilização, ditada pelas contrapartidas de organismos internacionais que orientam o sistema global a esgarçar as legislações consideradas rígidas para o funcionamento do mercado, que, em tempos neoliberais necessita dessas medidas para obter maior lucratividade e rentabilidade em seus negócios. Os capitais rentistas, nessa lógica, não estão descolados do mundo da produção e é a substância mesma do trabalho que vai sofrer profundas alterações, pois não podemos entender a obtenção de lucros sem maior exploração do trabalho.

Ao acompanhar a destruição dos direitos sociais e, particularmente, dos direitos do trabalho, as mudanças operadas na Consolidação das Leis do Trabalho- CLT-atraves da Lei 13.467\2017, impõem, sob o discurso da modernização do trabalho, uma verdadeira reforma intelectual e moral, pela via de uma intensa propaganda e intervenção dos pares privados de hegemonia.

Dentre as mudanças realizadas, que significam um verdadeiro e aprofundamento do desmonte do Estado e das mais perversas ofensivas contra os trabalhadores, destacamos as medidas que instituem a terceirização generalizada; desmantelam os mecanismos de negociação coletiva; criam diferentes modalidades de contrato de trabalho, com priorização de trabalho intermitente, autônomo, teletrabalho, em tempo parcial. Do ponto de vista das representações sindicais, a “modernização” comparece com a instituição da possibilidade de negociar direitos independente do que estiver previsto na lei- o privilegiamento do negociado sobre o legislado-, o que significa um completo desmantelamento dos mecanismos de negociação coletiva construídos pelos trabalhadores e suas organizações sindicais.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Assim, o capital e suas burguesias põem em prática seu projeto de dominação, potencializando os processos de superexploração da força de trabalho, no campo da economia, e, no campo da política, fragiliza a organização dos trabalhadores, desorganizando seu modo de vida e transformando suas estratégias de reprodução social. Estão, portanto, livres das barreiras que os impedem de dominar, ainda que mantenham, com o apoio incondicional dos aparelhos privados de hegemonia, o discurso de que as reformas do trabalho são um passo fundamental para (re) posicionar o país no caminho do desenvolvimento e conferir liberdade e autonomia aos trabalhadores.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

V. Conclusiones

Para os capitalistas, entretanto, os momentos de crise e os programas de ajuste daí resultantes são fundamentais para por em marcha os objetivos dos setores rentistas da economia mundial. Contam, para isso, com os governos de plantão para criar e facilitar as condições de implantação das medidas as mais regressivas e deletérias para o conjunto dos trabalhadores, operando políticas que rebaixam os custos do trabalho e transformando-os em sujeitos empreendedores e gestores das suas próprias vidas e dos seus próprios “riscos”. Ainda que acuados diante da fragmentação e situação a que foram expostos, os trabalhadores e suas organizações mais combativas resistem aos ataques, embora, nesse momento, com muitas dificuldades para construir alternativas e representar os setores mais precários da sociedade, porque se encontram fragmentados, sem identidade de classe e lutando pela condição mínima de reprodução social.

E não terminam por aí os ataques ao campo do trabalho e os novos mecanismos de dominação capitalista. Entenda-se: os novos modos de exploração. Diante do contexto de intensa precarização do trabalho e das condições de sua realização, a destruição de direitos continuará colocando os sujeitos trabalhadores pobres, aqueles que não mais são sujeitos do trabalho protegido, na invisibilidade, posto que, diante dos poucos programas de atenção, conformarão uma “atualizada” superpopulação relativa.

Essa engenharia de terra arrasada dos direitos não têm encontrado os trabalhadores em condições que os possibilite -no campo da política- o enfrentamento de tais expropriações, pela via da unidade nas lutas, da estratégia de uma frente única e de criação de renovadas pedagogias de hegemonia que lhes sejam próprias. Os anos de conciliação de classe e de vivência de um projeto que não era seu, mostram, agora, as dificuldades de reconstrução das classes trabalhadoras e de concretização de uma programática que as impulse a voltar às ruas, aos bairros, às escolas, às fábricas, e a recuperar o protagonismo das lutas.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

Alonso, Luis Enrique. (2007) *La crisis de la ciudadanía laboral*. Barcelona, Anthropos.

Gramsci, A.G (2000). *Cadernos do Cárcere*. Volume 4. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.

Mattos, Marcelo Badaró. (2013). A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico. In: *Revista Outubro*. São Paulo, nº 21. Instituto de Estudos Socialistas.

Moreno, L.F. (2013). *La Europa asocial. Crisis y Estado del bienestar*. Madrid, Editora Península.

REVISTA CARTA CAPITAL. *O Futuro do Brasil. Com a reforma trabalhista, o governo aposta na economia primitiva baseada no arrocho salarial e dá as costas aos avanços no mundo*. Recuperado de: <https://www.cartacapital.com.br>.

Geneva: OIT. *World employment and social outlook 2015: The changing nature of Jobs* (2015). ILO.